

# EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: TRAÇOS DA HISTÓRIA

## HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: HISTORY TRAITS

**Prof. Me. Wilson de Jesus Masola<sup>1</sup>**

Faculdade Eniac - wilson.masola@gmail.com

**Profa. Dra. Norma Suely Gomes Allevato**

Universidade Cruzeiro do Sul - normallev@gmail.com

### Resumo

Este artigo apresenta um panorama da educação brasileira, discutindo aspectos históricos, sociais, legislativos e filosóficos, com a finalidade de retratar algumas pinceladas nos traços da história da Educação Superior no Brasil, desde a colonização (Brasil Império) até os dias atuais. Foi utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa e caracterizada por ser histórico bibliográfica. Este estudo permitiu desenvolver algumas compreensões e perceber elementos de destaque na trajetória traçada que foram determinantes na configuração do quadro atual em que se encontra a Educação Superior no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Matemática, Educação Superior, História da Educação.

### Abstract

This article presents an overview of Brazilian education, discussing historical, social, legal and philosophical aspects, in order to portray a few strokes in the traces of the history of Higher Education in Brazil since colonization (Brazil Empire) to the present day. The qualitative approach was used and characterized by being bibliographic history. This study allowed us to develop some understanding and realize prominent elements in the drawn trajectory that were instrumental in the current frame setting that is Higher Education in Brazil.

**Keywords:** Mathematics Education, Higher Education, History of Education

### Introdução

O crescimento das Instituições de Ensino Superior – IES, nos últimos anos, trouxe desafios ao setor da Educação Superior. Um deles diz respeito à necessidade de relacionar-se com alunos que apresentam características diferentes das observadas anteriormente a esse movimento de expansão, e de lidar com grupos heterogêneos em termos de perfil social, econômico e cultural. Embora essa democratização responda aos

---

<sup>1</sup> Aluno de doutorado do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Cruzeiro do Sul, bolsista CAPES.

anseios de acesso dos estudantes à Educação Superior, as IES ainda não sabem como lidar com a disparidade de formação, na Educação Básica, que esses grupos de estudantes apresentam.

Assim, este artigo é um recorte da pesquisa de Mestrado Profissional intitulada “Dificuldades de aprendizagem Matemática dos alunos ingressantes na Educação Superior nos trabalhos do X Encontro Nacional de Educação Matemática – ENEM”. Ela foi concluída no ano de 2014, teve como objetivo retratar o que as pesquisas publicadas nesse evento, discutem com relação às dificuldades de alunos ingressantes na Educação Superior, pertinentes aos conteúdos de Matemática (MASOLA, 2014) e que foi atualizada incluindo os dados do XI ENEM no trabalho desenvolvido por Masola, Vieira e Allevato (2016).

Assim o presente artigo tem por objetivo apresentar alguns traços da história da Educação Superior no Brasil, destacando alguns elementos que foram determinantes na configuração no quadro atual em que ela se encontra. Este artigo inicia-se apresentando a metodologia de pesquisa utilizada para realização da investigação, seguida por algumas pinceladas nos traços da história da Educação Superior no Brasil, logo após apresentamos os documentos oficiais que norteiam a Educação Superior no Brasil, seguido de nossas reflexões finais.

## **Metodologia da Pesquisa**

A pesquisa apresentada no presente artigo é de natureza qualitativa que, segundo Lüdke e André (1986), tem como característica predominante a obtenção de dados por meio do contato direto e intenso do pesquisador com o ambiente, objeto ou situação pesquisada. Assim, é possível construir um entendimento mais profundo, que possibilite interpretações e reflexões originais e, ao mesmo tempo, consistentes sobre o tema. Em nossa pesquisa, temos como objetivo conhecer o percurso desenvolvido pela Educação Superior no Brasil até chegar às atuais configurações.

Os registros de pesquisas qualitativas exigem que o pesquisador explicita os processos e métodos utilizados na obtenção de suas conclusões. O método empregado no desenvolvimento de nossa pesquisa foi a Análise Documental, a qual Romberg (2007) considera uma técnica valiosa para as análises qualitativas.

São considerados documentos vários tipos de materiais, tais como documentos oficiais, livros, artigos, provas, cadernos, fotos, filmes, revistas, jornais, dissertações ou teses, planos, programas, etc. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; LAVILLE; DIONE, 1999). Para elaboração do presente artigo consultamos documentos como: livros, artigos, dissertações, documentos oficiais disponíveis na internet e periódicos.

De acordo com Fiorentini e Lorenzato (2012), levando em consideração as diferentes formas de obtenção de materiais ou dados para uma investigação, podemos encontrar com mais frequência três grandes modalidades de pesquisa, segundo o processo de coleta de dados: a histórico-bibliográfica; a experimental ou de laboratório; a naturalista ou de campo.

Florentini e Lorenzato (2012) caracterizam a pesquisa histórico-bibliográfica ou de revisão como a modalidade de estudo que tem como objetivo realizar análises históricas

e/ou revisão de estudos ou processos, tendo, como material de análise, produções culturais e/ou documentos escritos extraídos de arquivos e acervos. Esses elementos caracterizam a investigação retratada no presente artigo.

## **Traços da História**

Pudemos verificar que a Educação Superior no Brasil teve seu desenvolvimento diferente do restante do continente latino-americano. Enquanto a colonização espanhola incluiu as universidades entre as instituições que reproduziu na América, criando a primeira delas em 1538 (BARREYRO, 2008), a Educação Superior no Brasil teve início em 1572 com a criação, pelos portugueses, dos cursos de Artes e Teologia, no Colégio dos Jesuítas da Bahia. (CUNHA, 2007; JUNIOR 2009).

Quando da expulsão dessa ordem religiosa, em 1759, os jesuítas saíram do Brasil, sendo 124 deles da Bahia, 53 de Pernambuco, 199 do Rio de Janeiro e 133 do Pará. Os jesuítas foram expulsos das colônias por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em função de diferenças de objetivos. Enquanto os jesuítas se preocupavam com a catequese e o noviciado, Pombal pensava em resgatar Portugal da decadência econômica em que se encontrava diante das potências europeias da época. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais que norteavam os pensamentos e orientações de Pombal. Igualmente, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado (PILETTI, 2000; JUNIOR, 2009).

Sebastião José de Carvalho e Melo Conde de Oeiras, em seguida transformado em Marquês de Pombal (1699-1782) foi primeiro ministro de D. José I. Marcou o século XVIII e o absolutismo régio português por meio de uma política de concentração de poder com o objetivo de restabelecer a economia nacional e resistir à forte dependência desta em relação à Inglaterra. Uma série de anos agrícolas desastrosos e o terremoto de Lisboa de 1755 propiciaram a sua crescente afirmação pessoal. Na ausência de modelos inovadores retomou o programa anterior de industrialização posto em prática em Portugal no século XVII com o objetivo de garantir a independência nacional em detrimento do desenvolvimento da riqueza como suporte econômico para a guerra e expansão. (JUNIOR, 2009, p. 3).

O Marquês de Pombal, em 1759, ao mesmo tempo em que extinguiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, criava as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único, e não havia articulação entre elas.

Nesse período, destacou-se a criação, no Rio de Janeiro, de um curso de estudos literários e teológicos, em 1776, e do Seminário de Olinda, em 1798, que tinha uma estrutura escolar particular, em que as matérias tinham uma sequência lógica; os cursos apresentavam uma duração determinada, e os alunos eram reunidos em classes e trabalhavam de acordo com um plano de ensino antecipadamente estabelecido. (PILETTI, 2000).

A decisão de Pombal teve um agravante para a educação brasileira que, no princípio do século XIX (anos 1800), estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada foi organizado que pudesse estruturar um sistema para dar continuidade a um trabalho de educação. Essa situação somente sofreu uma mudança com a chegada da família real ao Brasil, em 1808.

A partir de então, foram instalados cursos superiores no Rio de Janeiro, com a intenção de suprir as necessidades do Estado, qualificando profissionais para a burocracia e para atuarem como profissionais liberais. Foram criados cursos de Cirurgia, Medicina e Matemática, que se relacionavam com as atividades militares; e Agronomia, Desenho Técnico, Economia, Química e Arquitetura, destinados à burocracia estatal. E ainda, cursos ligados à Academia de Belas Artes, tais como os de Desenho, História e Música. Depois da independência do país, surgiram os cursos de Direito (CUNHA, 2007; JUNIOR, 2009).

Sampaio (2000) apresenta essa mesma visão:

Em contraste com alguns países da América Hispânica, o Brasil não possuiu nem universidades nem outras instituições de ensino durante todo o período colonial. Somente em 1808, com a vinda da família real portuguesa, teve início a formação do núcleo de ensino superior no País. Duas características principais marcaram o seu padrão de desenvolvimento: a orientação para a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema. (SAMPAIO, 2000, p. 40).

Somente a partir dos anos 1950, quando houve um aumento significativo pela procura na Educação Superior, a sociedade se deparou com o surgimento de novas áreas de trabalho e com o aprofundamento dos efeitos da estratificação das camadas sociais. Foram promulgadas as leis de regulamentação para exames vestibulares que, embora ainda restritivas, ampliavam as possibilidades de ingresso na Educação Superior. Ainda no início da segunda metade do século XX, houve um processo de federalização das universidades e, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1961), instituiu-se o funcionamento da Educação Superior e das universidades no Brasil. Em consequência da predominância do domínio e controle da Educação Superior pelo Estado, até os anos 1990 a oferta de vagas na Educação Superior no Brasil estava restrita às universidades federais e estaduais, acessíveis, quase que exclusivamente, a um público mais abastado. Contrastando com isso, a primeira universidade do país, a Universidade de Manaus, foi criada, em 1909, por iniciativa privada. (VEIGA, 2007).

Veiga (2007) declara que, entre as décadas de 1960 e 1970, a iniciativa privada foi incentivada pelo Conselho Nacional de Educação - CNE a abrir faculdades para atender à forte procura pela Educação Superior. Mas, foi a partir do fim dos anos 1980 e início dos 1990 que se verificou a propagação das IES de caráter privado, especialmente na região Sudeste do país. Desse modo, a fragmentação da oferta com o aumento da quantidade de IES ampliou e facilitou o acesso de novos estudantes à Educação Superior.

De acordo com o Censo da Educação Superior, divulgado pelo Ministério da Educação - MEC, no Brasil, em 2013 havia 2.391 instituições de Educação Superior, que registraram 7.305.977 matrículas, sendo que, desse total, 6.152.405 na modalidade presencial e 1.153.572 na modalidade a distância – EAD. Essas matrículas foram

efetivadas em 32.049 cursos de graduação dispostos da seguinte forma: 30.791 na modalidade presencial e 1.258 na modalidade EAD, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (BRASIL, 2016C)<sup>2</sup>.

Segundo o INEP, o Resumo Técnico da Educação Superior é uma publicação anual que tem o objetivo de apresentar à sociedade em geral informações extraídas do Censo da Educação Superior. Entretanto, cabe esclarecer que até a conclusão do presente artigo estavam disponíveis para acesso público, no portal do INEP, os dados relativos aos anos de 2002 até o ano de 2013 apenas, este último que teve sua publicação em 2015.

Além disso, podemos notar incentivos ao ingresso de novos estudantes na Educação Superior brasileira. A demanda pela Educação Superior privada foi incentivada e incrementada por programas como, por exemplo, o Financiamento Estudantil - FIES<sup>3</sup>, criado em 1999, para financiar estudantes da Educação Superior, pela Caixa Econômica Federal. Seu processo seletivo é fundamentado no perfil socioeconômico do candidato, e os estudantes podem financiar até 100% dos custos de seus estudos, podendo participar do FIES cursos com conceito maior ou igual a 3 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (BRASIL, 2016a).

Há que se considerar, ainda, o Programa Universidade para Todos PROUNI<sup>4</sup> (BRASIL, 2016b), do Governo Federal, criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, que oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. O objetivo é conceder bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes de IES privadas. Estudantes podem aderir se a renda per capita familiar for de até 3 salários mínimos.

A que se destacar, porém, que atualmente essas políticas públicas sofreram um grande corte no orçamento, o que tem impactado fortemente no número de matrículas nas IES privadas. No entanto, os estudantes da Educação Superior podem contar, também, com incentivos da iniciativa privada. Um exemplo é o programa de crédito universitário privado Praval<sup>5</sup>. Esse crédito universitário pode ser usado tanto por alunos que irão iniciar seus estudos, quanto por alunos que já estão matriculados nas faculdades parceiras do programa, ou seja, por calouros e veteranos. O Praval teve como objetivo constituir-se em uma alternativa para aqueles estudantes que não conseguiram ou têm apenas uma parte da mensalidade financiada com o FIES.

Nossa convivência com estudantes universitários, particularmente com alunos de cursos noturnos das áreas de negócios e de engenharia, permite-nos perceber que ao se depararem com as ofertas disponíveis para financiamento de seus estudos, eles vislumbram a faculdade como uma “ponte” para a conquista do sonho de progresso no mercado de trabalho. O ingresso na Educação Superior torna-se, então, um “passo” para a ascensão social e, com o aumento da oferta e facilitação do acesso, o futuro estudante tem

---

<sup>2</sup> Censo 2013 da Educação Superior Brasileira. Resumo Técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

<sup>3</sup> FIES ([www.sisfiesportal.mec.gov.br](http://www.sisfiesportal.mec.gov.br)).

<sup>4</sup> PROUNI (<http://siteprouni.mec.gov.br>).

<sup>5</sup> Crédito Praval ([www.creditopraval.com.br](http://www.creditopraval.com.br)).

à sua frente à possibilidade de analisar, comparar e escolher qual opção atende às suas condições.

Assim, a “pulverização” do setor, em diversos perfis de IES, veio atender às necessidades de um público que, até então, supostamente, não teria condições financeiras de acesso à Educação Superior. Desse modo, além de promover o ingresso de um novo público na Educação Superior, tal crescimento representou a possibilidade de ascensão social através da qualificação profissional e da conquista de um título de graduação, antes exclusivo a uma pequena parcela da população.

A expansão e o crescimento das IES ainda trouxeram novos desafios ao setor da Educação Superior. Um deles diz respeito à necessidade de se relacionar com uma massa de alunos que apresentam características diferentes daquelas observadas anteriormente a esse movimento de expansão, e de lidar com grupos de estudantes heterogêneos em termos de perfil social, econômico e cultural:

A democratização do ensino tem trazido à tona questões novas, às quais a universidade não encontrou respostas ainda, pois pressupõe a formação de grupos heterogêneos de alunos nas universidades em termos de diferenças no desempenho no ensino médio, nas condições socioeconômicas, no *background*<sup>6</sup> cultural, entre outros fatores, os quais a universidade não tem ainda meios de atender em suas demandas específicas, repetindo um modelo destinado às classes média alta e alta, que tende a excluir grupos diversos deste padrão. (RIBEIRO, 2005, p. 59).

Embora essa democratização responda aos anseios de acesso à Educação Superior, as IES ainda não sabem como lidar com a disparidade de formação, na Educação Básica, desses grupos heterogêneos de estudantes que ingressam na Educação Superior. E aliado a essa disparidade encontra-se o fato de que os alunos ingressantes na Educação Superior precisam estudar no período noturno, pois trabalham durante o dia, não tendo tempo suficiente para dedicar-se de maneira adequada e tentar suprir suas dificuldades nos estudos. Haja vista essa crescente demanda de acesso à Educação Superior, fomos buscar, nos documentos oficiais, como o Estado promove o controle e a organização das IES, foco da nossa próxima seção.

## **Os Documentos Oficiais que Norteiam a Educação Superior no Brasil**

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), em seu capítulo IV, discorre sobre a Educação Superior. É assegurada, a esse nível de ensino, maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo à necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação profissional; bem como com a crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos. (BRASIL, 1996).

---

<sup>6</sup> Conjunto de elementos que caracterizavam as raízes culturais, os antecedentes sociais e as experiências pelas quais passou uma pessoa (SKOVSMOSE, 2010).

No seu artigo 43, a lei estabelece as finalidades da Educação Superior, dentre as quais destacamos: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; diplomar nas diferentes áreas de conhecimento, capacitando para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura. Desse modo, pretende: desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade; estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, entre outros.

Em consonância com essas indicações, as Orientações para Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Superior (BRASIL, 1997), mediante as orientações gerais para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, preveem um profissional com perfil generalista, humanista, com postura crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, e a exercer atuação criativa na identificação e resolução de problemas.

Tais diretrizes definem as habilidades e competências a serem adquiridas pelo aluno durante a sua formação no curso, que estão claramente discriminadas em um conjunto de atividades previstas nos projetos político-pedagógicos - PPC dos cursos nas instituições de Educação Superior, delineando o perfil desejado do aluno egresso.

No entanto, a construção e implementação de um projeto pedagógico não podem levar em conta somente o perfil do profissional que se deseja formar, mas também o perfil do aluno ingressante, fornecendo dados para a implementação de ações que possam levá-lo a desenvolver as habilidades e adquirir competências desejáveis.

O projeto pedagógico deveria ser objeto de estudo entre professores, pesquisadores e instituições de ensino, em âmbito nacional, para que pudessem conduzir à melhoria da qualidade do ensino. A construção de um projeto pedagógico deve atender, no mínimo, a sete elementos básicos: as finalidades da escola; a estrutura organizacional; o currículo; o tempo escolar; o processo de decisão; as relações de trabalho; a avaliação. (VEIGA, 1995).

Consideramos que a construção de um projeto pedagógico deve indicar, além do que já foi exposto, um conjunto de medidas que privilegiem a continuidade nas ações, a descentralização, a democratização do processo de tomada de decisões e possibilitar a implantação de um processo coletivo de avaliação de caráter emancipatório.

Tendo como princípio que os projetos pedagógicos devem atender ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e as Orientações para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para a Educação Superior, vamos discutir alguns aspectos que percebemos em Projetos Pedagógicos - PPC de alguns cursos superiores.

O PPC é um documento de orientação acadêmica onde constam, dentre outros elementos: conhecimentos e saberes considerados necessários à formação das competências do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; serviços administrativos; serviços de laboratórios; infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

Com o pensar voltado para a formação prospectiva, antecipando os desafios que aguardam os egressos no futuro, do qual ainda não se conhece todo o contorno, busca-se uma aprendizagem ativa e problematizadora voltada para a autonomia intelectual, apoiada em formas criativas e estimulantes para o processo de ensino, formando um profissional comprometido com a curiosidade epistemológica e com a resolução de problemas da realidade cotidiana e profissional.

A ideologia dos PPCs, que fixam as metas e os objetivos a serem alcançados durante a formação dos alunos e os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso, toma como base uma visão humanista, a internalização de valores de responsabilidade social, de justiça e de ética profissional. Integram, assim, os conhecimentos, as competências, as habilidades e os talentos na formação do futuro profissional.

Consideramos que estas reflexões sobre os documentos oficiais e outros documentos institucionais são importantes pois refletem o modo como os níveis e sistemas de ensino, no caso deste artigo a Educação Superior, são organizados e se colocam em funcionamento. A partir de elementos históricos que marcaram sua trajetória, o estado atual do ensino também é configurado por esses documentos e orientações curriculares.

Na próxima seção apresentaremos nossas reflexões finais.

## **Reflexões Finais**

O objetivo deste texto é fazer uma reflexão sobre o percurso da Educação Superior no Brasil, desde o Império até os dias atuais, apresentando um panorama da educação brasileira, discutindo alguns aspectos históricos, sociais, legislativos e filosóficos.

O período colonial durou de 1500 até a Independência, em 1822. A partir daí, iniciou-se a fase política do Império, que durou até 1889. A educação escolar no período do Brasil Colônia passou por três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a época de D. Joao VI no Brasil (1808-1821), quando então nosso país foi sede do Império Português.

Não foram poucas as características negativas em relação ao ensino brasileiro que vieram a se tornar grandes problemas depois que se fixaram, a partir dos anos de Colônia e Império. Tais características, salvo em um caso ou outro, permaneceram durante muitos anos como as marcas do que poderíamos chamar de problemas da Educação no Brasil. Destacamos: uma visão relativamente obsoleta da Educação; alguns problemas relacionados com o mundo do trabalho, haja vista no período colonial os cursos superiores serem relativamente voltados para atender aos interesses do Estado – ainda nos dias atuais o aluno não percebe e não consegue correlacionar o que aprende em sala de aula com seu cotidiano profissional – dessa maneira, surge o desinteresse pelo aprendizado, que está fortemente ligado à falta de perspectiva de aplicação dos conteúdos à sua futura área de atuação profissional.



Então a partir dos anos de 1950, quando foram promulgadas as leis para regulamentação dos exames vestibulares, mesmo que ainda restritivas, ampliavam-se as possibilidades de ingresso na Educação Superior de uma classe social menos favorecida.

Alguns anos depois, quando da federalização das universidades, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB instituiu o funcionamento da Educação Superior e das universidades no Brasil.

Um fato positivo: a constituição de 1988 havia determinado a criação de uma nova LDB. Entretanto muitos militantes do campo educacional começaram a pensar que embora o presente não estivesse “bem”, o melhor seria esperar um pouco e apostar, em um futuro próximo, nas forças em favor da construção de uma LDB que proporcionasse melhorias reais para nossa educação.

A nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB – Lei Darcy Ribeiro<sup>7</sup> — sancionada em dezembro de 1996 (lei nº 9.394 de 20/12/1996), além de assegurar à Educação Superior uma maior flexibilidade na organização de seus cursos, rompe com uma tradição que outrora burocratizava os cursos nesse nível de ensino, estabelecendo a formação em nível de graduação como uma etapa inicial na formação profissional. Alguns aspectos considerados por nós positivos na nova LDB são: o compromisso com a avaliação do nível de qualidade de ensino; visão alternativa da formação dos profissionais da Educação, tratando o professor como eixo central da qualidade da Educação; direcionamento de investimentos financeiros para valorização do magistério, que em seu artigo 69, obriga a União a aplicar anualmente nunca menos de 18% e os Estados e Municípios 25%.

Desde então, percebemos, analisando o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2016c), que ao longo dos anos tem crescido sensivelmente a procura pelos cursos em nível da Educação Superior, como também as instituições para este nível de ensino e os cursos oferecidos por essas instituições.

Observa-se, a predominância da categoria privada, sendo que em 2013 ela representou 87,4% do total das IES. O restante, 12,6%, refere-se às instituições públicas. É possível perceber que essa proporção se mantém estável ao longo do tempo, ou seja, ainda hoje para cada instituição pública, existem aproximadamente sete instituições privadas. Vale registrar que a categoria estadual foi a que apresentou maior crescimento (10,2%) nos anos de 2010 a 2013.

Certamente, a discussão acerca da qualidade da Educação Superior atualmente oferecida no Brasil não pode ser negligenciada. Entretanto, reflexões sobre sua constituição e natureza nos auxiliarão a compreender melhor suas atuais e reais condições de propiciar uma formação profissional e humana renovada e em sintonia com as atuais demandas do nosso tempo, a todos os nossos estudantes. Foi isso que vislumbramos com este trabalho.

Recomendamos a leitura do presente trabalho para professores e pesquisadores de todos os níveis de ensino, para que possam, com essa leitura, tomar conhecimento do percurso da Educação Superior no Brasil. Ele representa apenas um retrato de pesquisas que discutem a História da Educação Superior. Um retrato pode ser tirado de diversos

---

<sup>7</sup> Darcy Ribeiro foi senador da República, tido, na época, como interventor da nova LDB.

ângulos e representar diferentes pontos de vista. Desse modo, este trabalho não tem a pretensão de apresentar uma imagem completa do cenário investigado, mas indicar alguns caminhos que podem ser mais bem explorados. Essas reflexões não são conclusivas e sim provisórias cabendo assim, um maior aprofundamento nas pesquisas que norteiam a História da Educação no Brasil.

Finalizamos este trabalho com a esperança de que ainda podemos fazer muito para melhorar nossas práticas e ampliar as pesquisas na Educação Matemática, podendo, assim, trazer melhorias ao ensino, à construção do conhecimento do aluno e a todos aqueles que se interessam pela Educação, e, em particular, pela Educação Superior.

## Referências

BARREYRO, G. B. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 13 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 13 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer **CNE/CES nº 776, de 3 de dezembro de 1997**. Orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2013.

\_\_\_\_\_. FIES – Ministério da Educação e Cultura. **Programa de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 06 set. 2016a.

\_\_\_\_\_. PROUNI – Ministério da Educação e Cultura. **Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 06 set. 2016b.

\_\_\_\_\_. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Senso da Educação Superior**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2016c.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas**. 3 ed. rev. São Paulo: UNESP, 2007. 312 p.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2012. 228 p. (Coleção Formação de Professores).

JUNIOR., G., P. **Filosofia e História da Educação Brasileira: da Colônia ao Governo Lula**, 2. Ed. Barueri/SP: Editora Manoele, 2009. 290 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MASOLA, W. J. **Dificuldades de Aprendizagem Matemática dos Alunos Ingressantes na Educação Superior nos Trabalhos do X Encontro Nacional de Educação Matemática.** 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Cruzeiro do Sul. São Paulo/SP, 2014.

MASOLA, W. J.; VIEIRA, G.; ALLEVATO, N. S. G. Ingressantes na Educação Superior e suas Dificuldades em Matemática: uma Análise das Pesquisas Publicadas nos Anais dos X e XI ENEMs. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. 12., 2016, SÃO Paulo/SP. **Anais...** 2016. Disponível em <<http://sbempe.cpanel0179.hospedagemdesites.ws/enem2016/anais/autores-W.html>> Acesso em: 06 set.2016.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 183p. (Série Educação).

PRAVALER. **Crédito Universitário PRAVALER.** Disponível em: <http://creditouniversitario.com.br>. Acesso em: 06 set. 2016.

RIBEIRO, A. O Projeto Familiar como Determinante da Evasão Universitária, Um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n.2, p. 55-70. 2005.

ROMBERG, T. A. Perspectivas sobre o Conhecimento e Métodos de Pesquisa. Trad.: ONUCHIC, L. R.; BOERO, M. L. In: **BOLEMA – Boletim de Educação Matemática.** Rio Claro. Unesp, n. 27, p 93-139, 2007.

SAMPAIO. H. M. S. A. **O ensino superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000. 408 p.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica: A questão da democracia.** 5ª ed. Campinas/SP, Papirus, 2010. 160 p.

VEIGA, C. G. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da Escola uma Construção Coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** Campinas/SP, Papirus, 1995 192 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

**Submissão: 23/09/2016**

**Aceite: 25/11/2016**